

Intersecções entre a educação básica e superior na construção de uma política curricular: a dimensão docente para/na consecução da proposta

Intersections between basic and higher education in the construction of a curricular policy: the teaching dimension for/in the achievement of the proposal

Intersecciones entre la educación básica y superior en la construcción de una política curricular: la dimensión docente para/en la consecución de la propuesta

Marcia Torres Neri Soares¹
Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto²
Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Simone Dias Cerqueira de Oliveira³
Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Resumo

Este texto objetiva discutir a construção da Proposta Curricular (PC) da Rede Pública Municipal de Feira de Santana-BA, tendo como pano de fundo uma das dimensões passíveis de serem problematizadas à luz da articulação entre a Educação Básica e Superior: a dimensão docente e as subsequentes iniciativas no âmbito da conjuntura local. Desse modo, o estudo de natureza qualitativa toma por base o movimento metodológico da pesquisa-ação e, na envergadura pretendida neste artigo, considera a colaboração de professores iniciantes e seus diálogos com professores/pesquisadores de instituições de ensino superior para/na elaboração de uma política curricular. Outrossim, pondera-se sobre os rebatimentos a) **da** formação acadêmica e b) **para a** formação acadêmica dos colaboradores participantes da PC, expressos tanto do ponto de vista dos professores com formação *stricto sensu* na ocasião de composição do grupo de elaboração da PC - **da formação acadêmica**; quanto dos professores pós-graduados, também em nível *stricto sensu*, durante e/ou após suas participações no grupo – **para a formação acadêmica**. Em algum grau, o esforço da escrita também assinala o movimento metodológico desenvolvido **com** os professores, da referida Rede, por meio da Formação em Currículo Escolar (FormaCE). Os resultados do estudo ratificam/revelam: I. a relevância dos diálogos entre os dois níveis de ensino brasileiros; II. as intersecções com discussões acerca da formação docente, em especial de professores iniciantes e os investimentos em suas trajetórias acadêmicas; III. a importância de pesquisas já realizadas com base nas experiências advindas da construção

¹ Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5453-7872>. Contato: mtsoares@uneb.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Universidade do Estado da Bahia (Ueb). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5998-9878>. Contato: panasoto3@gmail.com

³ Doutoranda em Educação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9758-4986>. Contato: simonedias16@gmail.com

Submetido em: 19/12/2024
Aceito em: 23/04/2025
Publicado: 31/01/2026



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2026v18n40.18901>
Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

e-Location: e18901

da PC; IV. as possibilidades do ponto de vista de novas produções científicas e; V. contribuições para/na elaboração de outras políticas curriculares. São desafiadoras e profícias as possibilidades de participação docente na elaboração de uma proposta curricular e inúmeras podem ser as análises e vertentes metodológicas de (re)criação em diferentes espaços.

Palavras-chave: Proposta Curricular. Educação Básica. Educação Superior. Formação Acadêmica. Professores Iniciantes.

Abstract

This text aims to discuss the construction of the Curricular Proposal (CP) of the Municipal Public Network of Feira de Santana-BA against the background of one of the dimensions that can be problematized in the light of the articulation between Basic and Higher Education: the teaching dimension and subsequent initiatives within the local context. Thus, qualitative study is based on the methodological movement of action research and, on the scale intended in this article, considers the collaboration of beginning teachers and their dialogues with teachers/researchers from higher education institutions to/in elaborating a curricular policy. Furthermore, we consider the repercussions a) of academic training and b) for the academic training of the collaborators participating in the CP, expressed both from the point of view of teachers with stricto sensu training at the time of the composition of the CP elaboration group - of academic training; and of postgraduate teachers, also at a stricto sensu level, during and/or after their participation in the group – for academic training. To some degree, the writing effort also marks the methodological movement developed with the teachers of the referred Network through Training in School Curriculum (FormaCE). The study's results confirm/reveal: I. the relevance of the dialogues between the two levels of Brazilian education; II. the intersections with discussions about teacher education, especially of beginning teachers and investments in their academic trajectories; III. the importance of research already carried out based on the experiences arising from the construction of CP; IV. the possibilities from the point of view of new scientific productions and; V. contributions to/in the elaboration of other curricular policies. The possibilities of teacher participation in elaborating a curricular proposal are challenging and fruitful, and numerous can be the analysis and methodological aspects of (re)creation in different spaces.

Keywords: Curriculum Proposal. Basic Education. Higher Education. Academic Training. Beginning Teachers.

Resumen

Este texto tiene como objetivo discutir la construcción de la Propuesta Curricular (PC) de la Red Pública Municipal de Feira de Santana-Bahía, teniendo como telón de fondo una de las dimensiones susceptibles de ser problematizadas a la luz de la articulación entre la Educación Básica y Superior: la dimensión docente y las subsecuentes iniciativas en el ámbito de la coyuntura local. De este modo, el estudio de naturaleza cualitativa toma como base el movimiento metodológico de la investigación-acción y, en la envergadura pretendida en este artículo, considera la colaboración de profesores principiantes y sus diálogos con profesores/investigadores de instituciones de educación superior para/en la elaboración de una política curricular. Asimismo, se ponderan los impactos a) de la formación académica y b) para la formación académica de los colaboradores participantes de la PC, expresados tanto desde el punto de vista de los profesores con formación stricto sensu en la ocasión de composición del grupo de elaboración de la PC - de la formación académica; como de los profesores posgraduados, también en nivel stricto sensu, durante y/o después de sus participaciones en el grupo – para la formación académica. En algún grado, el esfuerzo de la escritura también señala el movimiento metodológico desarrollado con los profesores, de la referida Red, a través de la Formación en Currículo Escolar (FormaCE). Los resultados del estudio ratifican/revelan: I. la relevancia de los diálogos entre los dos niveles de enseñanza brasileños; II. las intersecciones con discusiones acerca de la formación docente, en especial de profesores principiantes y las inversiones en sus trayectorias académicas; III. la importancia de investigaciones ya realizadas con base en las experiencias derivadas de la construcción de la PC; IV. las posibilidades desde el punto de vista de nuevas producciones científicas y; V. contribuciones para/en la elaboración de otras políticas curriculares. Son desafiantes y fructíferas las posibilidades de participación docente en la elaboración de una propuesta curricular y numerosas pueden ser los análisis y vertientes metodológicas de (re)creación en diferentes espacios.

Palabras clave: Propuesta Curricular. Educación Básica. Educación Superior. Formación Académica. Profesores Principiantes.

1 APRESENTAÇÃO

A elaboração de uma Proposta Curricular (PC) enfrenta desafios e condições de toda ordem, afinal são emblemáticas as características políticas e educacionais das esferas públicas municipais e/ou estaduais, assim como seus desdobramentos quando na formulação e consecução de um projeto nos moldes do estudo a ser apresentado.

Este texto, portanto, objetiva discutir a construção da Proposta Curricular do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana⁴ (Feira de Santana, 2019) tendo como pano de fundo uma das dimensões passíveis de serem problematizadas à luz da articulação entre escola e universidade: a dimensão docente e as subsequentes iniciativas no âmbito da conjuntura local.

Tomamos por base, dentro da natureza qualitativa, o movimento metodológico da pesquisa-ação (Barbier, 1985) e, na envergadura pretendida neste artigo, consideramos a colaboração de professores iniciantes – em tempo de serviço e/ou na participação em um órgão gestor como propositores de uma PC – e seus diálogos com professores/pesquisadores na condição de pareceristas de instituições de ensino superior para/na elaboração da política curricular.

Para a realização do intento, a ação envolveu professores pertencentes ao quadro profissional da educação pública municipal da citada Rede, convidados, embrionariamente no ano de 2010, a compor o Grupo de Currículo do Ensino Fundamental (Gcef) da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (Seduc), também designados de coordenadores da PC nas respectivas áreas de conhecimento, temáticas e modalidades educacionais.

Tais professores perseguiram o desafio de coordenar a escrita dos textos de composição da PC, materializada sob a forma de uma Coletânea de Cadernos Específicos, a saber: Introdutório, Arte, Ciências, Educação Especial, Educação do Campo, Educação para as Relações Étnico-raciais, História, Língua Portuguesa, e Questões Pedagógicas, como atesta sua publicação final (Feira de Santana, 2019).

Todavia, desde sua idealização até a publicização e publicação, muitos foram os caminhos percorridos e, na multiplicidade de abordagens e estratégias metodológicas utilizadas para o enfrentamento às condições adversas, escolhemos abordar no presente texto a etapa de apreciação da versão preliminar dos cadernos, realizada pelos

⁴ Doravante denominada de Rede.

pareceristas, cuja participação mostra a interlocução estabelecida entre a educação básica e a superior.

Exemplificam as condições adversas fatores como: liberação de professores de suas jornadas de trabalho em salas de aula, para participarem da coordenação e escrita da PC; investimentos pessoais e coletivos para/na leitura e aprofundamento sobre a discussão curricular; conquista e/para participação dos demais professores da rede em um projeto arrojado e relativamente desacreditado na conjuntura local face a não consumação de iniciativas anteriores; condições locais subjacentes ao contexto político partidário e estranhamentos/desconfianças decorrentes para aceitação e participação na elaboração da PC. Embora não constituam o objetivo central deste texto, tais condições ajudam a entender o cenário de implementação da proposta.

Em um movimento constante de aproximação da Educação Básica e Superior (Pimenta; Anastasiou, 2005) além de colegas da Rede, contamos com a contribuição, na forma de pareceres, de professores/pesquisadores pertencentes a grupos de pesquisa de instituições de ensino superior, do município e região, com áreas de aprofundamento nos conteúdos dos Cadernos submetidos à sua apreciação.

Ademais, o estudo também dimensiona o próprio investimento acadêmico de professores do Gcef expresso tanto do ponto de vista daqueles com formação *stricto sensu* na ocasião de composição do grupo, quanto dos professores pós-graduados, também em nível *stricto sensu*, durante e/ou após suas participações, porque incontestes estes investimentos, em algum grau, supomos, relacionam-se com a proposição política em ação, sobretudo considerando suas inserções no campo da discussão curricular como atestam os estudos de Soares (2015) e Maia (2023).

Acresça-se ainda, nos meandros de elaboração da PC, o planejamento e realização da Formação em Currículo Escolar (FormaCE) – formação desenvolvida com os professores da Rede para apropriação teórica acerca da discussão curricular em cada área/modalidade/disciplina da PC e levantamento de concepções e opiniões acerca das versões em andamento, durante os anos de 2014 e 2015, com professores da aludida rede pública municipal. A iniciativa, também teorizada em outro estudo sob o viés de sua formação política, representa investimentos no campo da formação docente compreendido como via para materialização de um projeto comprometido com a pesquisa-ação e aglutinador de contribuições oriundas de professores com diferentes saberes experenciais (Oliveira; Soares; Soto, 2021).

De algum modo, esta última publicação já anuncia o desejo/necessidade de escrever o presente texto, haja vista lá demarcarmos outras dimensões acerca da participação docente, especialmente pelo crivo do investimento na formação acadêmica e da articulação com a educação superior na forma de pareceres realizados por grupos de pesquisa. Assim, nos reservamos a discuti-los nesta oportunidade.

Do ponto de vista de publicações decorrentes do movimento de escrita da PC, consideramos ainda um universo representativo tanto durante a elaboração do documento e da análise de seus primeiros dados (Oliveira; Maia, 2012; Soares, 2016) quanto na fase posterior a sua publicação (Soares; Soto; Oliveira, 2023; Soto; Soares; Oliveira, 2023). Além disso, a publicação do primeiro livro a reunir produções de professores da Rede assinala bifurcações com a elaboração da PC e com este texto (Soto, *et al*; 2022).

Para fins de organização, após esta seção introdutória, apresentamos a seção denominada “A política curricular para/por professores iniciantes: bases teóricas e desafios metodológicos”, com o objetivo de apresentar os caminhos teóricos e metodológicos adotados pelos elementos da pesquisa-ação e, assim, alargar nossa compreensão acerca do objeto de interesse neste texto, a saber: a materialização de uma política curricular pela via da participação de professores iniciantes e suas interfaces entre a educação básica e superior.

Em seguida, discutimos sobre “Os resultados: uma intersecção construída por meio da aproximação entre a educação básica e superior”, apresentando os principais resultados do estudo. Desse modo, além de dar relevo ao modo como os textos finais de cada Caderno, sob a coordenação de integrantes do Gcef, se constituíram a partir das tentativas de aproximação com instituições de ensino superior, discutimos como a categoria de professores iniciantes se consolidou entremeada pela formação docente de/com outros professores de largas trajetórias de trabalho, aqui denominados de experientes.

Feito isso, procedemos às “Considerações Finais” do estudo, à guisa de redimensioná-lo sob outras perspectivas teóricas e metodológicas, afinal são desafiadoras e profícias as possibilidades de participação docente na elaboração de uma proposta curricular e inúmeras podem ser as análises e vertentes metodológicas de (re)criação em diferentes espaços.

2 A POLÍTICA CURRICULAR PARA/POR PROFESSORES INICIAINTES: BASES TEÓRICAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS

Iniciamos esta seção discorrendo sobre o objeto de interesse neste texto, como anunciado à Introdução. Desse modo, consideramos o quanto desafiador é elaborar uma PC. Além disso, discutimos do ponto de vista metodológico, passos para a aproximação entre professores iniciantes e experientes, bem como das instituições de ensino superior a colaborar com a consumação do projeto.

A essa altura, é possível depreender a complexidade anunciada, afinal a discussão se estrutura a partir de três importantes constatações: 1^a. o reconhecimento do professor iniciante como desbravador de um cenário incerto e desafiador frente às condições de/para investimento na formação inicial e continuada; 2^a. a constatação sobre os distanciamentos entre currículos oficiais e as realidades concretas de nossas escolas; e 3^a. a justaposição dos dois aspectos anteriores à tarefa de elaborar uma proposta curricular em articulação com professores da educação básica e superior.

Desse modo, o professor iniciante, aqui, é tomado tanto sob o ponto de vista do tempo de serviço desde a admissão na instância pública municipal, delimitado o marco de cinco anos, bem como pela gênese na participação de um órgão gestor responsável pela formulação de políticas públicas, no caso a Seduc.

O tempo de até cinco anos, justifica-se tanto por considerar o espaço do estágio probatório, três anos, quanto por depreender a incorporação de um *modus operandi* e sua permanência na Rede, haja vista ser considerado um tempo significativo para apropriação da dinâmica escolar e, possivelmente, com menor risco de desistência. Além disso, na liberação das atividades de regência e assunção da tarefa específica de coordenação de um dos Cadernos da PC, supomos ter sido importante considerar um tempo mínimo em sala de aula e conhecimento das condições de trabalho da Rede.

Para Morais (2019, p. 307) [...] “o ser e fazer-se professor/a iniciante se constitui em meio às políticas curriculares, caracterizando-se em tessituras identitárias híbridas, maleáveis e instáveis, que se metamorfosem constantemente por meio de diferentes espaços/tempos da profissão docente”. Assim, adiantamos a riqueza da discussão pretendida, afinal além de deduzir influências das políticas curriculares à formação dos professores iniciantes, consideramos o reverso, sua condição de iniciantes na formulação destas políticas curriculares, quando desafiados a coordenar e elaborar a PC.

Sobremodo, no tocante às discussões sobre o tema, necessitamos reconhecer alguns fatores. Na perspectiva de Imbernón (2006, p. 44) persiste uma descontinuidade ou mesmo ausência de políticas educacionais para professores iniciantes, para ele, "numerosos países carecem de programas sistêmicos de integração de professores principiantes". Embora seja consensual o fato de considerar esta como uma categoria importante, coexistem dificuldades para pensá-la no âmbito das políticas públicas educacionais. Desse modo, pelas fragilidades no campo de acompanhamento aos professores iniciantes no âmbito das políticas públicas, deduzimos o quanto emblemático foi o esforço para concretização da PC em questão.

O levantamento do tempo de serviço dos integrantes da coordenação dos Cadernos das PC na Rede e, especificamente na Seduc, bem como a formação acadêmica no campo de atuação profissional indicou os registros do Quadro 1.

Quadro 1: Caracterização do tempo/formação acadêmica na coordenação da Proposta Curricular

Proposta Curricular	Quant. de Autoras/es/ Coordenadoras/es	Tempo de serviço no período de formação do Gcef - 2010	Entrada na Seduc	Formação acadêmica
Caderno Introdutório	03	19 anos 19 anos 19 anos	2001 2001 2010	Mestre Mestre Mestre
Arte	01	04 anos	2011	Especialista
Ciências	01	11 anos	2011	Mestre
Educação Especial	05	02 anos 19 anos 19 anos 19 anos 19 anos	2012 2012 2012 2001 2001	Especialista Especialista Especialista Mestre Mestre
Educação do Campo	02	05 anos 19 anos	2010 2008	Especialista Especialista
Educação para as Relações Etnicorraciais	01	18 anos	2013	Especialista
História	02	06 anos 19 anos	2014 2010	Especialista Mestre
Língua Portuguesa	02	03 anos 07 anos	2011 2014	Mestranda Especialista
Questões Pedagógicas	03	02 anos 05 anos 19 anos	2010 2010 1996	Especialista Especialista Especialista

Fonte: Elaboração das autoras conforme registros do Gcef e Plataforma Lattes (Soares; Soto; Oliveira, 2024)

Do ponto de vista da Formação inicial e/ou continuada na área/temática da PC, todas/os coordenadoras/es, um total de 16⁵ possuíam formação específica na temática discutida sob sua coordenação. Destes/as, 05 professores/as possuíam entre dois e cinco anos de serviço. Tomando por base o ano de entrada na Seduc, 14 ingressaram em 2010, ano de formação do Gcef, ou após esse ano, a convite de algum coordenador, com a finalidade de escrever a PC de modo colaborativo.

Tais professores convidados *a posteriori* participaram de alguma ação do projeto de elaboração da PC, como a FormaCE ou algum Gcefinho – Grupos de estudo de alguma modalidade/temática/disciplina criados com o objetivo de desenvolver estratégias metodológicas para a escrita da PC com aprofundamento das temáticas de cada Caderno e publicização de seus resultados.

Sob nossa perspectiva de análise, o marco de entrada na Seduc é importante, tendo em vista o projeto de elaboração da PC, contudo não desconsideramos a participação das escolas e seus sujeitos nos processos de formulação e implementação de políticas (Souza, 2003). O fato dos integrantes do Gcef, em número expressivo, serem professores advindos das escolas contribuiu de modo significativo no processo de elaboração do projeto e dos documentos pelo acréscimo de conhecimentos vivenciados na prática educativa.

A fim de elaborar a PC sob o movimento metodológico da pesquisa-ação com uma rede pública municipal, de proporções grandiosas, atualmente com um total de 209 escolas (Inep Data, 2024), 50.848 estudantes e 1897 professores (Inep, 2023), foi fundamental desenvolver estratégias para capturar suas principais características e reunir contribuições de tantos professores. O Gcef, portanto, constituiu-se pela centralidade da participação docente e, conforme projeto e plano de trabalho, apostou nas concepções docentes como propulsoras da organização curricular nas escolas municipais.

Reunir professores de uma Rede com número tão expressivo, exigiu cuidado e procedimentos básicos desde a realização de convite público em eventos organizados pelo grupo, como visitas às escolas para conhecimento da realidade e convites para formação de Gcefinhos, elaboração de instrumentos para levantamento de dados; realização da FormaCE; e de encontros para Escutas Formativas – momentos planejados com os participantes da PC: professores, funcionários, familiares, estudantes e representações

⁵ As três coordenadoras responsáveis pela escrita do Caderno Introdutório também coordenaram a escrita de outros dois Cadernos: Educação Especial e História. Uma das coordenadoras da Educação do Campo também coordenou o Caderno de Questões Pedagógicas e, por isso, não são contabilizadas novamente neste total.

sociais, sobre suas concepções fundantes para a escrita da proposta, como exemplificam currículo, avaliação e planejamento (Oliveira; Maia, 2012).

As Escutas Formativas também estiveram subsidiadas pela opção metodológica da pesquisa-ação, pois exigiu “[...] um sentido agudo de mediação e paciência, uma arte de escuta, da parte dos pesquisadores profissionais. É no âmago do ‘pesquisador coletivo’ que são delineadas as estratégias de intervenção” (Barbier, 2004, p. 105).

Nesse movimento, é possível compreender um certo medo da mudança, por isso a escolha da pesquisa-ação foi determinante, pois “[...] A mudança, quer dizer, o vivente, implica a existência de conflitos abertos entre as instâncias internas e externas no âmago dos indivíduos e dos grupos. Mudar é aquilo por meio do qual o reprimido sai de seu ciclo de repetições” (Barbier, 2004, p. 48). A saída do ciclo de repetições e os conflitos internos e externos puderam ser mediados pelas estratégias metodológicas adotadas.

Estes conflitos, em certa medida, impediram de consumar os Cadernos de outras disciplinas/temáticas da PC. Desse modo, nem todas as coordenações conseguiram desenvolver seus Gcefinhos, ou garantir a entrada de outros membros para apoio e coordenação de seus respectivos campos de estudo, ficando sem publicação, em 2019, algumas áreas/temáticas.

Além das condições concretas, como disponibilidade, formação específica na área de estudo e interesse de professores com extensas cargas horárias de trabalho, parece razoável deduzir as subjetividades deste processo, como o perfil de cada coordenador e suas afinidades/sentimentos despertados junto aos colegas da Rede, inclusive para aceitarem ou não integrar a elaboração da PC. Ademais, do exercício de escrita subjaz um estado de estar disposto a abrir mão de alguns preciosismos ou receber críticas e indicações de possibilidades de melhoramentos, para o qual nem todos estavam prontos, mesmo tendo assumido a tarefa desafiadora.

Novamente, as mudanças “[...] muitas vezes, nem sempre, se constituem de forma imediata e envolvem todas pessoas do mesmo modo e com a mesma intensidade” (Jesus; Vieira; Effgen, 2014, p. 782). Em dado momento, consideramos o temor pela exposição da escrita e assunção como autores de Cadernos da PC. Nesse caminho, identificamos trechos com fragilidades teóricas, bem como inseguranças em publicizar os principais resultados do estudo.

Supomos terem sido os agrupamentos, entre professores experientes e iniciantes, benéficos para a eficácia da proposta. Além disso, manter o fluxo de encontros semanais

para troca de experiências, dúvidas, ou mesmo preocupações, pareceu contribuir para amenizar angústias ou receios de publicação das versões preliminares e finais.

Neste texto, ao entender esta problemática, escolhemos traduzir os diálogos decorrentes desse movimento pela via da aproximação com a educação superior e de colegas mais experientes como atesta outro estudo:

conhecer que a formação para a docência não se encerra na conclusão dos cursos de licenciatura, mas deve prosseguir ao longo da carreira, é um passo importante para que o iniciante não desanime diante das dificuldades e possa buscar os instrumentos e apoios necessários, sejam eles colegas mais experientes, ex-professores da universidade, ações oferecidas na escola ou em outros espaços formativos. Mas essas iniciativas não podem depender de vontade pessoal nem se limitar ao âmbito individual (André, 2012, p. 116).

O reconhecimento sobre a inserção da discussão no mote das políticas públicas, a fim de transcender a vontade pessoal ou o âmbito individual como delimitado pela autora, foi permeado pelo projeto de elaboração da PC (Seduc, 2019), tendo suas características se moldado a partir das condições concretas da Rede.

Colegas mais experientes, diálogos com professores das universidades e investimentos na formação continuada perpassam a busca pela/na aproximação com a educação superior para apresentação de versões preliminares dos textos. Nesse processo, foi importante percorrer um caminho de estreitamento dessa aproximação com os professores/pesquisadores das instituições superiores de ensino e com os próprios pares.

Desse modo, as Escutas Formativas; os Gcefinhos; a FormaCE; os Pareceres dos professores/pesquisadores e a apreciação dos Leitores Críticos – denominação atribuída aos professores da Rede quando convidados durante a FormaCE a apreciar as versões preliminares das PC; e a Comissão de Revisão da PC – constituída por três integrantes do próprio grupo para leitura e coesão dos textos apresentados em suas versões preliminar e final (Soares; Soto; Oliveira, 2023), exemplificam o modo de aproximação entre os colaboradores para/na elaboração de instrumentos de pesquisa como questionários, entrevistas, registros fotográficos e seus desdobramentos em ações como, visitas às escolas, reuniões, dentre outras.

Especificamente, os Leitores Críticos cumpriram pressupostos metodológicos da pesquisa-ação desenvolvida, afinal “[...] isso exige uma linguagem acessível a todos. O traço principal da pesquisa-ação – o feedback – impõe a comunicação dos resultados da investigação aos membros nela envolvidos, objetivando a análise de suas reações” (Barbier, 2004, p. 55).

A horizontalidade da ação constituída com os colegas da Rede foi assegurada pelo acesso aos textos por seus principais representantes. A participação de professores da educação superior, con quanto, constituiu-se por meio de Pareceres. De forma dialética, a PC se consubstanciou tendo em vista a participação de um grupo de pesquisador coletivo formado de “[...] pesquisadores profissionais (provenientes de organismos de pesquisa ou de universidades) e por membros, que gozam de todos os privilégios (mas particularmente implicados), da população vinculada à investigação participativa.” (Barbier, 2004, p. 103). Nesse sentido, a leitura das versões preliminares da PC se deu em 2016, como discorreremos na próxima seção.

3 OS RESULTADOS: UMA INTERSECÇÃO CONSTRUÍDA POR MEIO DA APROXIMAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Esta seção objetiva descrever o modo como os Cadernos da PC se constituíram no limiar de aproximação com a educação superior. Desse modo, como mencionado, discutimos como a categoria de professores iniciantes se consolidou entremeada pela formação docente e alicerçada pelo movimento metodológico da pesquisa-ação.

Na esteira das determinações legais vigentes, a elaboração da PC vislumbrou compreender objetivos e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017)⁶, sem desconsiderar um certo nível de empoderamento e autonomia na definição de sua política curricular, conforme assevera os próprios referenciais teóricos de estudo e sua utilização nos Cadernos da PC (Sacristán; 2000; Arroyo, 2011).

As estratégias descritas na seção anterior avolumaram-se à luz do objetivo de escrever o documento da PC e publicizá-lo, algo a acontecer em sua versão preliminar em 2016 e na versão final apenas em 2019, conforme atestam as produções (Feira de Santana, 2019).

Desse modo, além dos movimentos internos para a consecução do pleito, somaram-se iniciativas externas, seja pelo investimento acadêmico, seja pela articulação com grupos de pesquisa de instituições de ensino superior localizadas no município e região.

Para compreensão da discussão central deste texto – professores iniciantes e elementos da formação docente para interlocuções com a educação superior sob o movimento metodológico da pesquisa-ação – consideramos oportuno consubstanciar

⁶ Posteriormente, além da PC foram publicados os Cadernos de Objetivos de Aprendizagem da Educação compondo o Referencial Curricular Municipal de Feira de Santana (2022).

nossas concepções acerca da formação de professores. “A formação, nesse sentido, é compreendida como lugar de vida e morada do/a professor/a, em que sua existência profissional seja, permanentemente, acompanhada por processos formativos, sejam eles de início, meio ou fim da carreira [...]” (Coimbra, 2020, p. 03).

Na elaboração da PC a iniciativa da formação continuada se integrou ao seu projeto pela via da FormaCE, reconhecendo os professores como sujeitos participantes e de suas vozes como pontos de partida, inclusive para nos aproximarmos dos demais funcionários/agentes escolares, estudantes, familiares e/ou movimentos sociais de cada disciplina, área, modalidade e temática de estudo.

Nesse sentido, são emblemáticas as condições de/para formação inicial na realidade brasileira, desde muito tempo, pois:

No que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípua. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil (Gatti, 2010, p. 1375).

Neste cenário do qual subjaz a fragmentação da formação docente no modo como o acesso ao conhecimento acumulado se condiciona em estruturas compartimentadas e de pouca intersecção com o entendimento do todo, fomos convidadas a, com outros professores da Rede, construir a PC.

Tivemos, desse modo, a oportunidade de oferecer a formação e nos (in)formar junto aos demais colegas da Rede. Ora como responsáveis pelos encontros formativos, ora como apoio para a realização do encontro por outro colega. Por meio de uma escala previamente organizada, tivemos acesso a todo o conhecimento e planejamento de cada coordenação.

Este é um ponto extremamente importante, principalmente ao considerar as lacunas de nossa formação inicial e continuada. Conteúdos nem sempre contemplados como: arte; educação especial; educação do campo e outros, puderam ser acessados por meio dos encontros formativos. Embora tais encontros não sejam/são suficientes para superar e/ou minimizar os efeitos e fragilidades das formações iniciais, estes oportunizam a abertura do olhar e buscas por investimentos, outros, em suas respectivas formações.

O aspecto colocado por Gatti (2010) duplamente transversalizou a elaboração da PC, por dizer respeito tanto a ideia da formação de professores para além de seus diversos campos disciplinares rumo a função social precípua da escolarização, quanto de sua

localização no campo do ensino do conhecimento historicamente acumulado às novas gerações e, portanto, implicada com a ideia de propiciar seu acesso a todos os estudantes.

Frente ao desafio e, de modo embrionário, acreditamos ser importante ressalvar a busca por outras experiências desenvolvidas, como mote inicial da trajetória para a escrita da PC. Assim, realizamos um levantamento acerca da elaboração de propostas curriculares em outras localidades brasileiras. Desse movimento decorreu nossas primeiras imersões na ideia sobre a materialização da proposta.

Na busca relatada, assim, começamos a descrever aspectos relevantes, porque depreendemos poder iluminar outras práticas e/ou pesquisas na área. O primeiro deles, portanto, alude ao reconhecimento de, dadas as características emblemáticas de construção de uma PC, bem como a dimensão de uma pesquisa-ação realizada em um universo representativo de escolas e professores como o caso da Rede em tela, **o conhecimento e valorização de produções de outros municípios e estados**, especialmente no tocante a metodologia adotada, serem fundamentais para a apropriação teórica sobre o assunto em duas vertentes: a) do entendimento teórico sobre o currículo escolar e b) do conhecimento acerca da metodologia a ser desenvolvida.

Outro aspecto é o **entrelace entre professores iniciantes e experientes** no desenvolvimento de ações governamentais ou de políticas curriculares. A participação de professores iniciantes no órgão gestor, por exemplo, impulsionou a idealização de condições mínimas para a realização da proposta, consideradas quase inalcançáveis pelas professoras mais experientes, já integrantes da Seduc e desgastadas ou aparentemente submissas à inexistência dessas condições, como por exemplo: a liberação dos professores; recursos financeiros para realização da FormaCE e demais eventos, incluindo alimentação; e uma sala específica para as reuniões do grupo.

Tomou relevo em nossas discussões, a categoria de iniciante em políticas curriculares, afinal quase totalidade do Gcef jamais havia integrado a Seduc – apenas quatro compunham o quadro antes de 2010 – e/ou trabalhado na perspectiva de elaboração de uma PC. Também precisamos depreender a **presença de professoras com pós-graduações stricto sensu** na ocasião de formação do grupo, afinal das 16 representações, quatro eram mestres e uma estava com a formação em andamento.

Com essa última informação rememoramos o fato da **ambiência em pós-graduações stricto sensu** favorecer a aproximação a determinados elementos metodológicos, talvez não tão conhecidos pelas demais coordenações. Embora nenhuma das coordenadoras mestres houvesse trabalhado especificamente com a metodologia da

pesquisa-ação, suas inserções no universo acadêmico, certamente, contribuíram para/na execução do projeto arrojado. Acresça-se a isso, o fato de todas serem professoras experientes e, talvez em razão disso, três delas terem figurado como coordenadoras gerais da PC, protagonizado a autoria do Caderno Introdutório, formado a Comissão Revisora e, ainda, organizado o primeiro livro da Rede, como anunciado desde a Introdução.

A formação *stricto sensu* tanto assinala essa apropriação metodológica, inclusive para coordenar o projeto abrangendo professores iniciantes, quanto a robustez de uma discussão teórica necessária para a escrita do conteúdo e teor de seus respectivos Cadernos e a unidade da escrita dos demais, por ocasião da constituição da Comissão Revisora. Perpassam esses elementos seus pertencimentos a grupos de pesquisa e o fomento/discussão das temáticas sob suas coordenações.

Outro aspecto importante foi o fato de duas dessas professoras atuarem na **condição de bi-ocupantes da educação básica e superior**. De algum modo, suas inserções assinalaram a interlocução com os dois níveis de ensino e características aglutinadoras de uma *expertise* como exemplifica a realização, idealizada pelo Gcef, do I Encontro Regional sobre Currículo Escolar dos Territórios de Identidade do Portal do Sertão e do Território do Sisal em 2012, sob um edital da Universidade de vinculação dessas coordenadoras.

Do ponto de vista do **investimento em formação *stricto sensu* posterior** a entrada no Gcef, das 09 coordenações sem esta formação na entrada no Gcef, um total de 07 coordenadores realizaram mestrados após ou durante suas participações no grupo. Das quatro professoras com mestrado à época de formação do grupo, uma já possui doutorado e outras três são doutorandas. A coordenadora, dantes com formação em andamento, concluiu o mestrado. Apenas duas coordenadoras, uma da Educação Especial e Arte, não realizaram estudos em nível *stricto sensu* até a feitura do presente texto. No total, todos os participantes possuem pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

Estes aspectos também direcionaram nosso olhar para a necessidade de balizar as discussões e apostas de cada PC pela perspectiva de uma **aproximação mais direta com a educação superior**. Assim, as versões preliminares foram compartilhadas presencialmente, por meio de reuniões agendadas com diferentes representantes e/ou líderes de grupos de pesquisa. O conteúdo dos textos, no tocante às principais concepções de cada PC, além de ser enviado em sua versão total, foi colocado em *slides* e compartilhado por seus coordenadores. Ao final da apresentação, os grupos faziam

considerações, perguntas, críticas e proposições de modo oral e entregavam um Parecer escrito com suas observações.

Nessa dinâmica, foram criados termos de responsabilidade para eximir os pareceristas do teor de cada PC, embora seus nomes se localizem em cada Caderno. Ademais, todos os pareceristas foram certificados por sua forma de participação, bem como tiveram acesso às versões finais dos textos.

Podemos afirmar sobre esses momentos terem sido conflitantes sob várias perspectivas: discordâncias teóricas e/ou conceituais entre os grupos de pesquisa e as concepções asseguradas em contato com os professores e demais participantes da PC; a rigidez de algumas coordenações, a despeito das sinalizações envidadas; a recusa de abrir-se ao diálogo com prováveis pareceristas. Novamente, as singularidades dos perfis dos coordenadores associadas a autonomia docente, em alguns casos, suplantaram o projeto e seus objetivos principais.

Segundo Freire (1997, p. 42), não existe vida “[...] sem briga e sem conflito. O conflito parteja a nossa consciência. Negá-lo é desconhecer os mais mínimos pormenores da experiência vital e social. Fugir a ele é ajudar a preservação do status quo”. Os conflitos, na perspectiva propalada por Freire, foram necessários para melhorias na escrita da PC, pois provocou uma volta ao texto para inquirir sobre alguns elementos ainda não suficientemente elucidados ou convincentes.

Os pareceristas da PC de Educação Especial, por exemplo, convidaram um professor estudioso do campo curricular da mesma universidade e colocaram em xeque a necessidade de um Caderno específico para tratar sobre a modalidade, ou ao menos, a ideia sobre o currículo escolar já presumir atender às necessidades de quaisquer estudantes. Assim, foi preciso demarcar no texto o porquê de sua manutenção, dadas as condições concretas da Rede, o alijamento histórico das pessoas com deficiência e a representação de suas vozes no texto da PC.

Outros pareceristas indicaram a síntese de algumas propostas e reformulação conforme objetivos traçados. Suas observações, atreladas ao trabalho da Comissão de Revisão, promoveram mudanças substanciais no corpo do texto e conduziram para novas escritas e/ou ajustes.

De modo geral, os textos foram bem elogiados, sobretudo por terem traduzido um movimento de escuta a diferentes segmentos da comunidade escolar. Em alguns, reivindicações por melhorias salariais e/ou condições de trabalho distanciaram-se da natureza do documento, sendo retiradas, mas desencadeando outros momentos de

organização para/na luta por melhorias. Tais aspectos também foram capturados pelos pareceristas, havendo uma convergência sobre sua utilização em outros mecanismos de mobilização dos espaços educativos.

As trocas realizadas e consubstanciadas na forma de Parecer também ofereceram relativa margem de segurança para os coordenadores e/ou mais propriedade para insistir nas apostas anunciadas em cada texto (Kramer, 1997). A aproximação, portanto, oportunizou validar os documentos, assim como garantir uma margem de confiança para o investimento nos textos finais até a sua publicação em 2019. Todavia, a ideia de lançar os textos preliminares para consulta pública não foi adiante, especialmente por não ter sido aprovada em reunião interna do Gcef sob argumentos calorosos de coordenadores que não chegaram a esta etapa ou lograram êxito na publicação do Caderno sob sua responsabilidade.

Em dado momento, aparentou ser um movimento interno para não consumação do projeto. Em várias frentes, entretanto, já havíamos nos comprometido e grandes eram as forças consubstanciadas na forma de cobranças para finalização e disponibilização dos textos, fato ocorrido em solenidade de lançamento da PC, no ano de 2019.

De fato, vários foram os conflitos enfrentados e não poderíamos conceber de outro modo, afinal “[...] O currículo é uma produção cultural por estar inserido [na] luta pelos diferentes significados que conferimos ao mundo. O currículo não é um produto de uma luta fora da escola, mas é a própria luta pela produção do significado” (Lopes; Macedo, 2011, p. 93).

Também foram contundentes algumas indicações para inclusão dos conteúdos no texto das PC, todavia tanto pela demarcação dos coordenadores específicos, quanto dos coordenadores gerais, não fizemos a inserção, afinal “[...] propomos outra forma de pensar o currículo, não mais como seleção de conteúdos ou mesmo como seleção de cultura, mas como uma produção cultural.” (Lopes; Macedo, 2011, p. 93). Estes conteúdos, como mencionado na seção anterior, compõem os Cadernos de Objetivos de Aprendizagem apresentados sob a forma de Referencial Curricular Municipal de Feira de Santana (2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões suscitadas neste texto permitem elucidar condições concretas para elaboração de uma PC, mais especificamente da Proposta Curricular do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana (Feira de

Santana, 2019) e as características da dimensão docente problematizadas no cerne de uma pesquisa-ação, conforme foi discutido. No tocante ao percurso metodológico, devemos reafirmar o quanto foi desafiador pensar a pesquisa-ação dentro de uma rede com as características relatadas.

Adentrar no universo de elaboração da PC nos fez percorrer itinerários acadêmicos e, embora sem aprovação submissão de projeto e/ou aprovação de Comitê de Ética, dada a natureza de um trabalho empreendido por um órgão gestor de políticas públicas e, em certa proporção, com autonomia para gerir suas propostas curriculares, pudemos incorporar aspectos importantes como: apresentação do projeto de elaboração da PC à comunidade escolar e às universidades compreendidas como potencializadoras das discussões pretendidas; realização de reuniões semanais com as respectivas pautas e atas; elaboração de termos de consentimento e de responsabilidade; autorização para uso de fotos e instrumentos para elaboração da escrita da PC com critérios definidos previamente pelo grupo. Estes e outros aspectos personificam características não tão comuns ao contexto da educação básica.

Isso diz também sobre uma atribuição de *status* de pesquisa nem sempre tão comum ou esperado da educação básica. Reconhecer nos professores suas concepções e críticas ao projeto, como Leitores Críticos conforme atestam os Cadernos da PC, insinuam um caminho de respeito constituído pela via da colaboração nos moldes propalados por Barbier afinal [...] “os membros do público alvo são sujeitos conscientes que colaboram com o pesquisador” (Barbier, 2004, p.52).

Os investimentos na formação continuada não apenas dos membros do grupo, mas de modo colaborativo, com demais professores da Rede, por meio da FormaCE, contribuíram para o amadurecimento necessário de como traçar estratégias de aproximação entre a educação básica e superior.

Com base no exposto, reafirmamos o quanto os resultados do estudo ratificam/revelam: I. a relevância dos diálogos entre os dois níveis de ensino brasileiros; II. as intersecções com discussões acerca da formação docente, em especial de professores iniciantes e os investimentos em suas trajetórias acadêmicas; III. a importância de pesquisas já realizadas com base nas experiências advindas da construção da PC; IV. as possibilidades do ponto de vista de novas produções científicas e; V. contribuições para/na elaboração de outras políticas curriculares.

Esperamos ter oportunizado pensar a categoria de professores iniciantes e seus rebatimentos no bojo de uma política curricular e assim iluminar novas práticas e pesquisas sobre a importante temática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, Território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

COIMBRA, C. L. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e91731, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623691731> Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/xJnsTVj8KyMy4B495vLmhww/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 17 nov. 2024.

FEIRA DE SANTANA. **Proposta Curricular do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana: diálogos em construção**. Feira de Santana: Secretaria Municipal de Educação, Seduc, 2019.

FEIRA DE SANTANA. **Resolução Conselho Municipal de Educação nº 16, de 12 de julho de 2022**. Institui e orienta a implantação do Referencial Curricular Municipal de Feira de Santana. Diário Oficial Eletrônico, ano VIII - Edição 2148. Data 15/07/2022. Disponível em: Acesso em 13 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Rio de Janeiro: Olho dágua, 1997.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 17 nov. 2024.

IMBERNÓN, F. La Profesión docente desde el punto de vista internacional. Que dicen los informes? **Revista de Education**, n. 340, p. 41-49, 2006. Disponível em:
<https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/68689> Acesso em 15 dez. 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 16 dez. 2024.

INEP-DATA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Catálogo de Escolas**. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 16 dez. 2024.

JESUS, D. M. de; VIEIRA, A. B.; EFFGEN, A. P. S. Pesquisa-Ação Colaborativo-Crítica: em busca de uma epistemologia. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 771-788, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/YcsgqggBZ49hHSggcX96sjj/abstract/?lang=pt> Acesso em 14 dez. 2024.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação e Sociedade**, vol.18 no.60 Campinas Dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pW5Psf8rbv9fvxPNbR3LF9K/?format=pdf> Acesso em: 15 dez. 2024.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAIA, Katty Lirane Haywanon Santos. **Diálogos curriculares com a educação básica: a experiência do grupo de currículo do ensino fundamental no município de Feira de Santana (2010-2016)**. 2023. 208 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), Feira, 2023.

MORAIS, J. de S. **Revista Teias** v. 20, n. 57, Abr./Jun. 2019. Pesquisa em Educação em múltiplos contextos. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v20n57/1518-5370-tei-20-57-0305.pdf> Acesso em 08 dez. 2024.

OLIVEIRA, S. D. C.; SOARES, M. T. N.; SOTO, A. P. de O. M. Da construção curricular às lutas por uma formação política com professores. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, [S. I.], v. 8, n. 1, p. 460–475, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/4187> . Acesso em: 2 nov. 2024.

OLIVEIRA, S. D. C. de; MAIA, K. L. H.. Avaliação no currículo escolar: uma proposta de 'escuta formativa' de professores. In: X colóquio sobre questões curriculares e VI colóquio luso brasileiro de currículo, 2012, **Anais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção Docência em Formação).

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani Ferreira da Fonseca Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEDUC. **Projeto de elaboração da Proposta Curricular do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana**. Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (Seduc), 2019.

SOARES, M. T. N.; SOTO, A. P. O. M.; OLIVEIRA, S. D. C. de. Estratégias metodológicas para/na elaboração de uma proposta curricular: a unidade na coletividade no percurso de uma política educacional. **Jornal De Políticas Educacionais**, 2023, (2). <https://doi.org/10.5380/jpe.v17i2.91690>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/91690> Acesso em 02 nov. 2024.

SOARES, M. T. N. Proposta curricular em ação: caminhos formativos para o (re) pensar da organização pedagógica e a deficiência no espaço escolar. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 2, n. 2, p. 107-121, 2016. DOI: 10.17648/rsd-v2i2.30. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SOTO, A. P. de O. M.; SOARES, M. T. N.; OLIVEIRA, S. D. C. de. Da elaboração à implementação de políticas curriculares na/com a escola: possibilidades e desafios para consecução de projetos colaborativos. **Interfaces da Educação**, 2023, 14(40), 246–265. <https://doi.org/10.61389/inter.v14i40.6025>. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6025> Acesso em 02 nov. 2024.

SOTO, A. P. de O. M; SILVA, E. B. da; SOARES, M. T. N; OLIVEIRA, S. D. C. de. **Relatos docentes e tessituras curriculares** [recurso eletrônico]. Feira de Santana: Editora Zarte, 2022.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/P74kwjCmQ5Q5ySrKLYpgdCB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 dez. 2024.